

APRESENTAÇÃO A “MARX OU MARXISMO? OBSERVAÇÕES SOBRE UMA ABORDAGEM ACRÍTICA DA SITUAÇÃO”, DE MICHAEL HEINRICH

PRESENTATION TO “MARX OR MARXISM? OBSERVATIONS ON AN UNCRITICAL APPROACH TO THE SITUATION”, BY MICHAEL HEINRICH

Marco Aurélio Palu

Mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela

Universidade Estadual de Maringá (UEM).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2635-8281>

E-mail: marco.a.palu@gmail.com

RESUMO:

Em *Marx ou marxismo? observações sobre uma abordagem acrítica da situação* Michael Heinrich argumenta que Marx não estava interessando em uma definição “identitária” e “verdadeira” para o termo “marxismo”. O cientista político alemão sustenta que o assim chamado *marxismo* constitui-se de uma vulgarização da obra de Marx, e que se inicia como corrente prático-teórica já em vida do autor de *O capital*. O texto de Heinrich sobrevoa com sua conhecida maestria o passado revolucionário marxista lançando luz no que os autoproclamados herdeiros de Marx fizeram de sua obra, ao mesmo tempo em aponta como essa tradição, longe de ser uma solução, se apresenta como parte do problema a ser enfrentado, isto é, como parte de um período histórico contrarrevolucionário.

PALAVRAS-CHAVE: Marx. Marxismo. MEGA. História do marxismo.

INTRODUÇÃO

Em *Marx ou marxismo? observações sobre uma abordagem acrítica da situação*¹ Michael Heinrich² argumenta que Marx não estava interessando em estabelecer uma definição “identitária” e “verdadeira” para o termo *marxismo*. O cientista político alemão sustenta que o assim chamado marxismo constitui-se de uma vulgarização da obra de Marx que se inicia já em vida do autor de *O capital*. O texto de Heinrich ora traduzido é baseado em uma palestra ministrada há 10 anos, em 2015, e nos dá elementos para pensar se, hoje no século XXI, após a derrota do “socialismo real” e já nos estertores da globalização, se o que se chama de marxismo não estaria ainda mais distante da obra de Marx do que já se esteve antes. Lançando luz no que a tradição marxista fez da obra de Marx e procurando entender como essa tradição contribuiu para o nosso tempo contrarrevolucionário, Michael Heinrich sobrevoa com sua conhecida maestria o passado revolucionário marxista.

¹ Título adotado pelo autor em uma conferência o qual a presente tradução reproduz. Na edição eletrônica (2015), da revista socialista alemã *Neues Deutschland*, o texto aparece com o título *Je ne suis pas marxiste*. Sob esse título o texto foi disseminado em outras traduções, como a inglesa e a brasileira. Disponível em: “Je ne suis pas marxiste” | nd-aktuell.de. Acesso em: 12/10/2025.

² Michael Heinrich é um cientista político alemão especialista na obra de Karl Marx. Foi professor de economia política na Universidade de Ciências Aplicadas de Berlim (HTW Berlin) até 2016 e editor da *Prokla*, revista de ciência social crítica, entre 1987 e 2016. O autor é uma referência nos estudos da teoria marxiana e marxista, e sua obra introdutória sobre *O capital*, *Kritik der politischen Ökonomie: eine Einführung* [Crítica da economia política: uma introdução], é a mais difundida em países germanófonos, já tendo sido traduzida para oito idiomas.

Se para Marx e Engels (o primeiro marxista) havia uma robusta unidade entre 1) crítica da economia política; 2) análise de conjuntura e; 3) uma reflexão teórico-prática sobre a luta de classes, a política e sobre as limitações do estado; a tão reclamada unidade “dialética” entre teoria e prática não teve o mesmo sucesso nos herdeiros diretos de Marx. Exceção feita à poucas figuras, como Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin, que permaneciam alinhando esses três elementos em sua teorização e sua atividade, o marxismo pouco contribuiu efetivamente para a análise da realidade depois de Marx. Reagindo a isso que nesse curto mas vibrante texto Michael Heinrich demonstra que desde a consolidação da Segunda Internacional, presidida pelo Partido Social Democrata Alemão, até a queda do Muro de Berlim com o PCUS, o destino da obra de Marx foi sendo hodiernamente submetido a uma série de revisões ideológicas “oficiais”, cargo de instrumentos partidários e organizações políticas.

Heinrich nos mostra que desde a vigência do Partido Social Democrata Alemão em inícios do século XX, e mesmo após o ocaso institucional do marxismo-leninismo no final desse mesmo século, o modo de encarar a obra de Marx não passou por uma inflexão significativa nos meios marxistas. Nesse quadro histórico, é bastante perceptível que os marxistas “oficiais” da atualidade tenham perdido sobre a obra de Marx o controle que exerciam até então. Os mesmos gestores políticos comunistas que teriam supostamente aperfeiçoado – ao mesmo tempo em que se afastavam – as tendências e indicativos contidos na obra de Marx acabaram por perder sobre ela o controle político que exerciam até então. O que poderia estimular e impulsionar uma autocrítica desses setores não impediu que uma série de deturpações e vulgarizações fossem feitas da obra marxiana: mesmo quando falava-se de Marx se fazia de forma muito rarefeita, residual e centrífuga – a partir do recurso à passagens escolhidas e tiradas de contexto e, que repetidas *ad nauseum*, faziam-nas caber na nova realidade à fórceps. Assim, não é de surpreender que inclusive adulterações nos originais tenham sido feitas³.

Decorrência disso foi o prevalecimento no campo do *marxismo vulgar* do antigo entendimento mecanicista de que a esfera econômica ocupa “a determinação em última instância”⁴ do metabolismo social, com “o estrutural” sendo encontrado unilateralmente na dimensão produtiva e reprodutiva da vida humana – procedimento que dispensava análises que não derivavam a *superestrutura* da *infraestrutura*. Há pelo menos duas versões desse expediente vulgarizador do marxismo, em que se hipertrofia ora uma, ora outra dimensão do existente: o economicismo e o politicismo. Essas versões podem ser sumarizadas do seguinte modo: se no

³ O quadro histórico da obra marxiana é tão trágico que o destino da obra de Marx padeceu de uma influência decisiva, e logo após sua morte e nas mãos de seu maior amigo e parceiro intelectual. Talvez a maior e mais polêmica conquista atingida pelo projeto MEGA², que conta com a participação Michael Heinrich, se refira aos manuscritos de *O capital* produzidos por Marx na década de 1860 e com o apoio de cartas trocadas entre Marx e Engels sobre a redação do livro. Assim, atualmente, – pelos volumes da MEGA² publicados nos anos 1990 – é amplamente sabido das alterações, adições, supressões e subdivisões capitulares feitas por Engels na publicação dos livros II e III – especialmente desse último. Por exemplo, o capítulo sobre a crise do capital no livro III é seguido pelo da queda tendencial à queda de lucro, levando a um entendimento de que um deriva do outro. Algo que levou e ainda leva a resistências e óbices de toda sorte, dado que toda uma geração de leitores, estudiosos e militantes ao redor do mundo se formaram nos originais e traduções baseadas nas publicações feitas por Engels. Graças à MEGA² hoje se sabe, mediante a consulta dos manuscritos originais de Marx, que isso foi realizado por Engels.

⁴ cf. Marx, 1982.

economicismo tudo o que não é econômico é reduzido a fator, no politicismo, ao contrário, tudo que não é político é reduzido a fator.

Se é verdade que para Marx a esfera econômica possui preponderância momentânea no metabolismo social do modo de produção capitalista, não seria correto dizer o mesmo das formações ideais, de que estas não retroagiriam sobre a vida social, sendo elas condenadas um mero epifenômeno, ou a um reflexo fotográfico, uma determinação mecânica. Assim, para o esquematismo manualesco do *marxismo vulgar* dominante no século XX e que ainda se ecoa no presente, supõe-se como dado algo que precisaria ser explicado por meio de uma análise mais detida, e que mereceria uma investigação caso a caso, e não somente uma mera derivação dogmática das categorias econômicas – que são bastante dinâmicas – para outras esferas da vida social, como a política, o direito, a arte, a filosofia, etc. Ao reduzir-se o marxismo a um “método” proveniente exclusivamente das determinações econômicas partiu-se de suposições arbitrárias, suposições essas que, por sua natureza, não analisavam a gênese histórica dos fenômenos e, portanto, não conseguiam dar sua funcionalidade específica na vida cotidiana, quem dirá captar a essência desses mesmos fenômenos. Desde modo, e ao arrepio da letra marxiana, não era identificada em sua *differentia specifica*⁵ a natureza histórica do objeto tratado, perdendo-se assim toda sua riqueza teórica constitutiva, bem como sua potencialidade prática.

Lendo o texto de Heinrich vemos que os Estados-partidos da URSS e da RDA não estavam muito interessados no projeto MEGA². Para esses, tudo que não era parte das tarefas ordinárias da política soviética era secundário. Assim, os pesquisadores da MEGA² eram uma espécie de *avis rara* e o projeto era uma “bela flor” sem qualquer significado prático. No entanto, o MEGA² teve alguns impactos subversivos (muito limitados): apresentou o devir dos textos de Marx e Engels, e o caráter inconcluso dos mesmos. Também esses textos têm seus contextos históricos, e é preciso reconhecer isso em vez de tratá-los como a expressão de uma verdade eterna. Em verdade, escapava à compreensão dos gestores soviéticos e comunistas ao redor do globo que o projeto era um espinho na carne do dogmatismo por meio da edição crítica das obras de Marx e Engels.

A partir daí com a prática militante tendo se tornado monopólio do partido e um valor em si mesmo, nem mesmo as mais contundentes provas históricas materiais em contrário pareceram fazer com que os marxistas analisassem sua tradição criticamente, mesmo que insistissem em associar suas táticas e estratégias à obra e ao pensamento de Marx. Nada disso foi suficiente para estimular o movimento contrário de políticos e militantes comunistas “oficiais”, tendo esses há muito se separado das tendências e indicativos contidos na obra de Marx. Em nossos dias, com poucas e escassas ressalvas, a palavra socialista não identifica mais uma luta socialmente ampla no seio das lutas sociais, em sentido de tocar o solo histórico de produção e da reprodução da vida, como era para o autor do *Manifesto Comunista*.

Em boa medida a desconstrução da crítica marxista se dá a partir de uma leitura acrítica do texto fundacional da tradição, o *Manifesto Comunista*. Se baseiam nele não só a militância, mas mesmo teses acadêmicas as mais

⁵ Termo utilizado por Marx desde 1843, na *Crítica a filosofia do direito de Hegel*, para designar uma explicação lógica devidamente fundamentada. Segundo Marx, “uma explicação que não dá a *differentia specifica* não é uma explicação” (Marx, 2010, p. 34).

mirabolantes para postular como central metodológico o conceito de luta de classes – apresentado como uma espécie de nódulo atemporal e transcendental, à maneira positivista – como categoria válida a qualquer campo da atividade humana e a qualquer tempo. Não é difícil encontrar teses que aplicando o conceito “Luta de Classes na Roma Antiga”; “Direito e Luta de Classes”, “Literatura e luta de classes”, etc⁶. Quando, na realidade, tanto para a prática quanto para a teoria, se trataria de explicar aquilo que se pressupõe, e não de aplicar modelos. Aplicar modelos nunca foi o objetivo de Marx, pois em sua analítica a classe social nunca fez as vezes da emancipação humana – sendo a primeira somente um *meio* para a realização da segunda.

O texto de Heinrich nos lembra que a esquerda vive atualmente uma crise a nível mundial. A crise deriva fundamentalmente das contradições vividas na busca de caminhos que rompam com o stalinismo e com o marxismo vulgar.

Isso se torna tão mais evidente quando temos em conta que a *forma partido* defendida por Marx, na qual a organização é a expressão ideológica e representante política da luta dos trabalhadores, esteja praticamente fora de horizonte. Na atualidade ocorreria uma inversão entre necessidade do partido e princípio do partido. Isso em boa medida é sintoma das mazelas da esquerda à nível global, mas em especial da brasileira, que é terrivelmente débil em termos ideo-políticos. O *partido* não corresponderia mais às necessidades históricas da classe trabalhadora, tendo se transformado em princípio, uma idealidade, um princípio de partido, e a partir dele, de cima pra baixo, se *fazendo* a classe. Na experiência histórica brasileira vemos que o maior partido de esquerda, que leva em sua insígnia a força da palavra “trabalhadores”, tem pouco ou quase nada de marxista em seus métodos e em sua organização, ou daquilo que podemos conceber marxianamente (e mesmo leninianamente) como um organismo político da perspectiva dos trabalhadores. O que teve de marxista em seus quadros ou debandou ou foi suprimido pelas correntes majoritárias em seu interior, principalmente após a chegada da presidência, em 2002. O “stalinismo à brasileira” tem nisso uma culpa fundamental.

O que nas greves dos anos 1978-80 se mostrou como uma necessidade histórica dos trabalhadores posta pela lógica de seu próprio movimento – dada a falência completa e patente das legendas stalinistas da esquerda tradicional, que até então se erguiam da representação operária – foi refreando em mera luta eleitoral nos anos

⁶ Vale a menção a tão conhecida quanto esquecida passagem de Lenin em *O estado e a revolução* que muito claramente ilustra nosso ponto: “O principal na doutrina de Marx é a luta de classes. É o que se diz e se escreve muito frequentemente. Mas é incorreto. E dessa incorreção muitas vezes resulta uma deturpação oportunista do marxismo, sua falsificação num espírito aceitável para a burguesia. Isso porque a doutrina da luta de classes foi criada *não* por Marx, *mas* pela burguesia *antes* de Marx, e, falando de modo geral, é *aceitável* para a burguesia. Quem reconhece *apenas* a luta de classes ainda não é marxista, pode estar restrito aos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa restringir o marxismo e deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que *expande* o reconhecimento da luta de classes até o reconhecimento da *ditadura do proletariado*. Nisso reside a diferença mais profunda entre o marxista e o vulgar pequeno-burguês (e também o grande). É nessa pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão e o reconhecimento *verdadeiros* do marxismo. E não é de estranhar que, quando a história da Europa colocou a classe operária na *prática* diante dessa questão, não apenas todos os oportunistas e os reformistas, mas também todos os ‘kautskistas’ (pessoas que vacilam entre o reformismo e o marxismo), tenham se revelado lamentáveis filisteus e democratas pequeno-burgueses que *negam* a ditadura do proletariado. A brochura de Kautsky *A ditadura do proletariado*, publicada em agosto de 1918, ou seja, muito depois da primeira edição do presente livrinho, é um modelo de deturpação filistina do marxismo e de usa infame renegação *de fato*, simultaneamente com seu reconhecimento hipócrita *em palavras* (ver meu texto *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Petrogrado e Moscou, 1918)” (Lenin, 2017, pp. 56-57).

1990 em diante⁷. Assim é que nos estertores da ditadura militar alargara-se um horizonte e um espaço decisivo – porém vago – que exigia preenchimento, o qual foi ocupado pelo PT (Partido dos Trabalhadores).

Já no que diz respeito aos partidos comunistas tradicionais e “herdeiros” do marxismo, vítimas da repressão militar, aferrados a um passado já superado, e se valendo de métodos organizativos claramente arcaicos, pouco de relevante se fez na cena pública brasileira após a queda do muro de Berlim. Hoje pouco contam em número de militantes e em representação política.

Em que pese esse fato, faz-se notar que no interior desses meios partidários (proto)marxistas, o que, mais do que nunca, faz do marxista um marxista sua prova de valor, seria sua “ação organizada”. Não mais, como era para Marx e seus melhores seguidores, o esforço pelo conhecimento das leis dinâmicas da ciência da história, bem como a relação prático-reflexiva entre momento ideal (as formações ideais) e base real (a esfera da economia), entre filosofia e vida cotidiana – mas a assim chamada *prática*. Nesse sentido, e em sentido contrário a uma autocrítica, evoca-se uma interpretação dogmática XI tese *Ad Feuerbach*, onde “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2007). Agora, mais do que nunca, esse aforismo é interpretado como exortação à ação em si mesma, numa espécie de compulsão moral à militância organizada em alguma agremiação partidária, a pretexto de mera “intervenção” na realidade – seja ela qual for. Isso é defendido à exaustão, por exemplo, na pletora pela “ocupação” do espaço das redes sociais.

Mesmo o movimento da história – aquele mesmo em que desde Marx e Engels os comunistas reclamavam ser representantes – dando provas do contrário, categorias clássicas, mas datadas, do marxismo, não são abandonadas, pelo contrário: são enfaticamente reafirmadas. A categoria leniniana de imperialismo, por exemplo, formulada no período da I Guerra para refletir as contendas do capital monopolista europeu, é trazida como *passaport* no mundo agora globalizado, em momento onde as contradições do centro já se encontram abundantemente na periferia, bem como as da periferia no centro do capital. E ainda assim essa categoria é trazida de uma forma decalcada, pois a referida globalização é entendida como *ideologia* (no pior sentido e mais mal compreendido uso do termo) e não como um rearranjo produtivo de tipo historicamente novo, onde não só o capitalismo, mas toda a humanidade atingiu um novo patamar existencial.

Se no mundo “pós-ideológico” o capitalismo “tardio” dá mostras de colapso final, não é, no entanto, incomum encontrar no ativismo de esquerda das redes sociais como alternativa a esse quadro referências a um passado comunista “perdido”, a partir de figuras rebuscas no século XX, desta ou daquela revolução anti-imperialista, de alguma revolução anticolonial africana ou latino-americana, alguma luta interseccional onde a categoria “classe social” tenha se feito presente. Basta invocar uma outra palavras-chave do vocabulário marxista, como “luta de classes”, “imperialismo”, ou ainda a hegeliana “totalidade social”, e aplicá-las à alguma pauta social “secundária” e feito, *habemus* marxista! Nos casos mais sérios repete-se com obstinada certeza e sem muita

⁷ Digno de nota é que o PT, embora tenha sido um dos principais atores articuladores da “Constituição Cidadã”, a Constituição de 1988, orientou sua bancada a não assinar a Carta Magna brasileira, num claro gesto de sectarismo esquerdista. Hoje, ironicamente, é um partido que luta pela vigência daquilo que ainda há de social dessa Carta frente aos ataques da extrema-direita e do rentismo.

reflexão o adágio lukácsiano de que “o pior tipo de socialismo é melhor que o melhor capitalismo” (Lukács, 2008). Postura “radical” que deixa de fora, no aqui e agora, o reconhecimento de pautas sociais que existem no presente como fundamentais para a construção do futuro humano. É como dizer, “primeiro façamos a revolução que depois as coisas se resolvem por si mesmas”.

Já nos casos mais sofisticados vemos a coisa ganhar um verniz e um acabamento filosófico mais robusto a partir de jargões como “ontologia”, “crise estrutural”, “fetichismo” – supostos abracadabras do “sistema” marxiano e seu segredo. Nos menos sofisticados ainda comparece de prontidão a problematização manualesca de “isso é uma contradição dialética”, seguida imediatamente da resolução “lógica” infletida a partir da palavra *práxis*. Assim, uma determinação possível desse tipo de marxismo se dá pelo seu uso: o marxismo é definido como as “armas da crítica” *aplicadas* como um universal absoluto e ahistórico.

Ao que parece o mal-estar (pós)moderno do “realismo capitalista” proposto por Mark Fisher é inarredável inclusive para os marxistas. Estes se acham subsumidos a um quadro de “desertificação do real” que beira o cinismo – o exato oposto, portanto, da crítica marxista. Nem mesmo de quem tradicionalmente se espera uma “imaginação dialética” de futuro e uma atitude revolucionária e crítica é possível extrair uma “imaginação” para o fim do capitalismo. Ou seja, as categorias da sociedade civil-burguesa dominam até a mais recôndita imaginação mesmo em seu polo crítico.

Um outro fato digno de nota é o crescente apelo pelas redes sociais no ambiente militante. O *revival* stalinista⁸ de parte da geração Z, por exemplo, parece olhar para este passado – negligenciando claramente o adágio marxiano presente em *O 18 de Brumário* de que “a revolução social deve tirar poesia do futuro”. Nesses meios vemos que quanto mais Marx é cultuado menos é efetivamente compreendido. A despeito de sustentar sua atualidade, invoca-se na realidade uma figura mítica. Tudo se passa como se o movimento da história pudesse ser (re)editado a partir da agitação política no ambiente virtual, sempre a partir da *vontade* – agora renovada e acentuada – da juventude revolucionária da vez. Essa, em que pese as capacidades e potencialidades que toda nova geração traz em seu seio, e ainda que eticamente se veja como esquerda, é incapaz de se diferenciar da direita em sua prática e em seus métodos: tem sua estética militante, suas batidas palavras de ordem – não podendo faltar a laudatória saudação “camarada”.

Ao não entender e não levar a sério o período histórico em que se encontram, os “marxistas” não fazem nem uma análise imanente nem uma crítica séria dos movimentos identitários que tanto criticam, dos quais se apressam em se separar a partir da categoria-mãe classe social. Assim, procurando um lugar ao sol no ambiente político-cultural tribal da pós-modernidade, o “marxismo” parece reduzir-se também à mais uma “identidade”

⁸ György Lukács, uma outra referência obrigatória no assunto em questão, nos traz um panorama no qual, “é muito baixo o número daqueles que realmente leram Marx” (Lukács, 2020, p. 92), e também, “o marxismo, concebido acertadamente, [...] não existe mais. Em seu lugar, temos o stalinismo, e continuaremos a tê-lo ainda por algum tempo.” (Lukács, 1972, p. 32) O autor húngaro ainda diz que “não há mais marxistas. Nós simplesmente não temos uma teoria marxista” (Lukács, 1972, p. 31).

entre outras tantas – com um discurso, uma gramática, uma ritualística, e uma estética que lhe são bastante próprias.

De outro lado, em viés realista, a crise da esquerda pode ser vista com extrema positividade, porque assim como não foi possível para a esquerda continuar a repetir os erros do stalinismo e o marxismo vulgar no passado, nos dias atuais é menos ainda. Ainda é possível sondar algumas vozes lúcidas nesse ambiente que, embora não sejam marxistas *tout court*, parecem entender a mensagem de Marx de forma mais lúcida e cuidadosa que os próprios marxistas⁹. Um exemplo é filósofo esloveno Slavoj Žižek cita a tese onze de maneira a invertê-la, trocando de posição as orações e ressaltando o elemento interpretativo ativo do pensamento em nosso momento histórico. Se temos em conta que Marx em poucas e determinadas ocasiões assumiu e levou a cabo a prática política, passando a maior parte de sua vida comprometido com a redação de *O capital*, o mais terrível projétil que já fora lançado na cabeça da burguesia (incluindo os arrendatários)”¹⁰ talvez a interjeição do filósofo esloveno seja um impulso interessante, “primeiro é preciso pensar o mundo, para só depois transformá-lo”.

É assim que o texto de Michael Heinrich nos ajuda a retirar o barco do marxismo da *deriva identitária* em que atualmente se encontra e nos convida a restabelecer a potencialidade de toda uma tradição – tendo sempre Marx à frente do leme.

⁹ cf. Žižek, 2012.

¹⁰ *infra*, p. 11.

REFERÊNCIAS

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução: a doutrina marxista sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, György. **A Destruição da razão**. Tradução Rainer Patriota. Alagoas: Instituto Lukács, 2020.

_____. **Conversation with Gyorgy Lukács (Interview with Franco Ferrarotti)**. New York: World View, 1972.

_____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARX, Karl. Prefácio. In: _____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982, pp. 23-27.

_____. **Crítica a filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.